

 <p>Fórum Governamental de <b>RESPONSABILIDADE SOCIAL</b></p>	<p><b>ATA DE REUNIÃO</b> <b>FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL</b></p>
--	--

### Identificação da Reunião

<b>Número/Ano: 12ª Reunião – 16/08/2012</b>			
<b>Início: 9h30min</b>		<b>Término: 17h30min</b>	
<b>Local: CNC</b> Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco B – nº 14- 18º andar/Asa Norte - Brasília - DF.			
<b>Relatora:</b> Cristiane Lima			
<b>Presentes:</b>			
<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>E-MAIL</b>
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	(61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Diape	(61) 3348.6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Jacimara Machado	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2169	ecocamara@camara.gov.br
Adriana Jannuzzi	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2000	adriana.jannuzzi@camara.gov.br
Ana Paula Ramos	Apex - Brasil	(61) 3426.0729	anapaula.ramos@apexbrasil.com.br
Andréa Cotrim	MDIC	(61) 2027.7645	andrea.cotrim@mdic.gov.br
Anislene Peres Tavares	Caixa	(61) 3206.6757	anislene.tavares@caixa.gov.br
Breno Fleury Caldas	SPM	(61) 3411.4884	breno.caldas@spmulheres.gov.br
Camila Paschoal	Apex - Brasil	(61) 3426.0750	camila.paschoal@apexbrasil.com.br
Carlos Alexandre Vigil	TST	(61) 3043.7732	alexandre.vigil@tst.jus.br
Cristiane Silva Lima	Inmetro / Diape	(61) 3348.6319	cslima@inmetro.gov.br
Dácio Pretom	Global Adn Network	(41) 3885.1929	dp@globaladnzenet.com
Daniel Matos Caldeira	CGU	(61) 2020.6847	daniel.caldeira@cgu.gov.br
Danielle Delduque	MF	(61) 3412.1796	danielle.delduque@fazenda.gov.br
Danuzza Pereira Mantuano	TRT 3ª Região	(31) 3238.7921	danuzapm@trt3.jus.br
Dayse de Souza	MMA	(61) 2028.1273	dayse.souza@mma.gov.br
Evandro Rezende	TCE/TO	(63) 3232.5885	evandroor@gmail.com
Fábio Félix Silva	CGU	(61) 2020.6727	fabio.f.silva@cgu.gov.br
Fábio José da Silva	TST	(61) 3043.7732	fabio.silva@tst.jus.br
Fabício Arthur Magalhães	SLTI /MP	(61) 2020.1906	fabricao.magalhaes@planejamento.gov.br

Gisele Fernandes Cutrim	TRT 16ª Região	(98) 2109.9421	gcutrim@trt16.jus.br
Helvécio Milhomem	SERPRO	(61) 2021.7967	helvecio.milhomem@serpro.gov.br
Hevellyn Albres	MF	(61) 3412.1910	hevellyn.albres@fazenda.gov.br
José Salvador	F. Vanzolini	(11) 3913.7113	salvador@vanzolinicert.org.br
Jucineide Moreira	TRT 16ª Região	(98) 2109.9577	jutaceide@uol.com.br
Laura Macedo	Caixa	(61) 3206.3970	laura.macedo@caixa.gov.br
Lilian Toczek	TRE - PR	(41) 3330.8688	liliant@tre-pr.jus.br
Luiz Antônio Pires	TRT 16ª Região	(98) 9976.7753	luizpires@trt16.jus.br
Luiz Fernando Bessa	UNB	(61) 8172.6140	lfbessa@gmail.com
Marcos Guimarães	PCN - MF	(61) 3412.1969	marcos.m.guimaraes@fazenda.gov.br
Maria Salete Costa	Caixa	(61) 3206.4978	maria-s-costa@hotmail.com
Maria Teresa Rezende	Inmetro / Diape	(61) 3348.6300	mtrezende@inmetro.gov.br
Naimar Moretti	AGU	(61) 2026.7043	naimar.moretti@agu.gov.br
Patrícia Almeida Ashley	UFF	(21) 8101.8146	ecocidades@gmail.com
Paulo Henriques Moura	ECT	(61) 9115.8661	paulohenriquesmoura@hotmail.com
Ricardo Alexandre Oliveira	CGU	(61) 9292.7151	bsb.ricardoalexandre@gmail.com
Rodrigo de Andrade Iglesias	Apex - Brasil	(61) 3426.0361	rodrigo.iglesias@apexbrasil.com.br
Shirley Jane Macedo	Caixa	(61) 3206.3955	shirley.fontenele@caixa.gov.br
Silvana Fleury Barcellos	TRT 3ª Região	(31) 3238.7895	silvanafb@trt3.jus.br
Suely Touguinha	MPDFT	(61) 3343.9980	gestaoambiental@mpdft.gov.br
Telma Firme	CSJT	(61) 3043.7732	telma.firme@tst.jus.br
Thaís Melo	Caixa	(61) 3206.3114	thais.melo@caixa.gov.br

### **Pauta**

- 1) Abertura e aprovação da ata da 11ª Plenária do Fórum.
- 2) Definição dos suplentes da Coordenação do FGRS.
- 3) Apresentação dos resultados da OFICINA ISO 26000 e deliberações sobre os grupos de trabalho; por Patrícia Ashley, professora da Universidade Federal Fluminense - UFF e membro do FGRS.

4) Apresentação do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho; por Ana Borges, Supervisora de Responsabilidade Socioambiental do CSJT e representante do Judiciário na Coordenação do FGRS.

5) CGU: Ações de Prevenção e Combate à Corrupção; por Fábio Félix Cunha da Silva, Coordenador-Geral de Fortalecimento da Gestão e Controle Social - Diretoria de Prevenção da Corrupção/SPCI - Controladoria-Geral da União.

6) Especificação de Sistema de Gestão para Combate à Fraude e Corrupção; por José Salvador da Silva Filho, Gerente de Novos Negócios da Fundação Vanzolini e especialista da Delegação Brasileira para elaboração da ISO 26000.

7) Assuntos Gerais.

### **1 – Abertura e aprovação da ata da 11ª Plenária do Fórum.**

A Sra. Ana Borges – CSJT - abre a reunião dando boas vindas a todos e em seguida sugere que todos se apresentem. Na sequência, a Sra. Andréa Santini – Inmetro - cumprimenta os presentes e, em seguida, considerando novos participantes no Fórum, faz um breve histórico do surgimento do Fórum Governamental de Responsabilidade Social, o qual teve seu início com o intuito de articular a categoria Governo e os Três Poderes, no debate das questões de responsabilidade social. Ela ressalta ainda, a existência da plataforma virtual do Catir, onde estão todos os documentos, atas e apresentações relacionadas ao Fórum, sendo de livre acesso para a categoria Governo.

A Sra. Andréa Santini informa que um dos itens da pauta é a definição de suplentes da coordenação e solicita à Plenária que avaliem sobre a possibilidade de participação e indicação de suplentes e que ao final do dia se retornará a essa questão.

A aprovação da ata da 11ª Plenária ficou condicionada ao reenvio da mesma, visto que alguns não tiveram acesso. Assim, os possíveis comentários/considerações deverão ser encaminhados por e-mail à Coordenação.

### **2 – Apresentação dos resultados da OFICINA ISO 26000 e deliberações sobre os grupos de trabalho; por Patrícia Ashley, professora da Universidade Federal Fluminense - UFF e membro do FGRS.**

A Sra. Patrícia Ashley – UFF - inicia sua apresentação explicando como foi a metodologia da Oficina ISO 26000, realizada em maio deste ano. Ela ressalta para a Plenária, que as diretrizes da ISO 26000 referentes ao conceito de Responsabilidade Social, aplicam-se a qualquer organização pública e da sociedade civil, o que representa um grande avanço. Prossegue afirmando que os temas contidos na ISO 26000 são de fundamental importância para a estratégia de responsabilidade social, sendo ela um guia com diretrizes para o tema. A norma é como um parâmetro, contendo sete temas centrais, cuja pertinência pode variar em função da característica de cada organização. A Sra. Patrícia Ashley ressalta que RS não é mais um conceito reducionista e sim amplo com a incorporação dos temas centrais.

Ela esclarece à Plenária que no método de trabalho adotado durante a oficina, houve uma votação dos temas considerados mais pertinentes à Administração Pública com o objetivo de, futuramente, serem discutidos no âmbito do Fórum. Os participantes dos diferentes grupos da oficina apresentaram opiniões diferenciadas sobre alguns temas, ou seja, o que foi considerado importante para um grupo, não foi necessariamente importante para o outro. A Profª. Patrícia ressalta que a relação das pessoas com a “coisa” pública implica em uma mudança de leis e requer prevenção, qualificação, capacitação e educação, e salienta a presença da CGU, como fundamental nesse processo.

Os três temas mais votados pelos grupos durante a oficina foram: práticas anticorrupção, *due diligence* e uso sustentável de recursos. Cada um deles foi apresentado e definido pela Sra. Patrícia Ashley, seguindo a Norma. Ela ressalta que, em sua opinião, o Brasil não precisa mais de leis e sim da implementação das políticas já existentes e que esses três temas afetam de forma transversal a Administração Pública, e também a sociedade, a economia e o mercado.

A Sra. Patrícia Ashley levanta o questionamento de como podemos influenciar empreiteiros, por exemplo, e bancos como a Caixa a fazerem uso de tecnologias mais sustentáveis. Lembra que o Brasil estabeleceu a meta de que, até 2030, terá a universalização do saneamento. Ressalta que não é só o Governo Federal, mas também os Estaduais, que no momento de aplicar recursos devem estar focados na responsabilidade social. Parabeniza mais uma vez o Fórum por assumir tal desafio na Administração Pública. Salienta que devemos assegurar que todas as organizações tenham uma política de sustentabilidade de longo prazo.

A Sra. Maria Salete – da Caixa Econômica - pede a palavra e expõe que a instituição já trabalha com políticas ambientais e com responsabilidade social, possuindo várias ações em andamento, interna e externamente, e cita que hoje não se financia pela Caixa uma habitação se não apresentar a solução de saneamento. Em 2014, quando entrar vigor a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os resíduos deverão ter uma solução adequada. Também foi desenvolvido pela Caixa um padrão de habitação sustentável chamada Selo Casa Azul Caixa, que estabelece determinados critérios a serem atendidos pelos empreiteiros e que eles podem se habilitar para receber este selo. Ela menciona que a Caixa vem implementando algumas soluções no que tange à sustentabilidade. Internamente a Caixa vem capacitando seus fornecedores para que os mesmos possam oferecer produtos mais sustentáveis. Cada Unidade da Caixa deve possuir, sempre que possível, itens de sustentabilidade inseridas em suas atividades.

A Sra. Patrícia Ashley ressalta a importância da divulgação de tais iniciativas e segue em sua apresentação expondo o número de votos dos demais itens dos temas da ISO 26000 discutidos durante a Oficina.

A Sra. Ana Borges agradece a Sra. Patrícia Ashley e informa a todos que a apresentação estará disponível na plataforma Catir – [www.catir.gov.br](http://www.catir.gov.br). Aberto espaço para perguntas, a Sra. Shirley – Caixa Econômica – questiona a metodologia utilizada para priorização dos temas dentro dos GT's visto que na ISO 26000 todos os temas são prioritários e como ficaria isso na aplicação. A Sra. Andréa Santini concorda que tanto para a ISO 26000, quanto para a NBR 16001, todos os temas devem ser tratados e para as 37 questões a eles relacionadas, devem ser avaliadas a sua significância e relevância para priorização. Entretanto, esclarece que para o FGRS seria muito difícil trabalhar com tantos temas e por isso decidiu-se escolher alguns para um aprofundamento inicial. Assim, explica como foi realizada a Oficina: primeiramente com palestras sobre diversos temas e num segundo momento os participantes se dividiam em grupos de trabalho, visando trabalhar com um tema da Norma, onde cada GT priorizava as questões que consideravam mais pertinentes relacionadas ao tema, conforme é dito na ISO 26000. Esclarece que o Fórum procurou encontrar as questões que fossem mais pertinentes aos “nossos olhos” – Governo, e assim aprofundar nessas questões. Ainda sobre a metodologia, ela informou que as questões dos GT's eram colocadas para a Oficina e cada participante com 10 bolinhas de papel colorido como instrumento de voto escolhiam as questões que consideravam mais importantes, como apresentado pela Sra. Patrícia Ashley. Finalmente ressalta que, nesta Plenária, serão discutidas questões relacionadas ao combate à corrupção, uma das priorizadas na Oficina, com a apresentação da CGU e da Fundação Vanzolini.

A Sra. Jacimara Machado – Câmara dos Deputados - informa que, em relação ao tema combate à corrupção, existe uma iniciativa da CGU, chamada “Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro”, da qual a Câmara dos Deputados coordena um dos subgrupos e sugeriu que, em uma oportunidade futura, o coordenador deste subgrupo venha ao Fórum apresentar informações sobre o que vem sendo realizado.

A Sra. Andréa Santini reafirma o objetivo principal do Fórum em relação aos resultados da Oficina, que é o aprofundamento das questões levantadas e o compartilhamento de experiências, visando fortalecer a implementação dessas ações nos Órgãos Públicos dos Três Poderes e apresentar proposições para políticas públicas e outras ações.

A Sra. Maria Teresa – Inmetro - questiona sobre a forma como o Fórum venha a trabalhar os temas identificados na Oficina. Pergunta se seria possível formar grupos de trabalho para cada um dos três grandes temas identificados como prioritários, identificando ações e experiências em andamento, as quais poderiam ser então apresentadas ao FGRS. A Sra. Patrícia Ashley concorda com a sugestão e sugere ter uma Câmara Temática ao invés de GT.

A Sra. Laura – Caixa – levanta a questão de como isso se dará, pois imaginava que essa estratégia já havia sido formulada pelo Fórum e ressalta que a riqueza dos resultados obtidos está em identificar as experiências e descobrir como aplicá-las, pois acredita que cada participante presente esteja num momento diferenciado de prática. Ela apoia a sugestão da Sra. Maria Teresa, sobre a criação de grupos de trabalho e sugere, ainda, uma discussão interna, visto que a Caixa tem um serviço de Universidade, o qual, talvez possa ser usado como um canal para a troca de informações entre os GT's e o próprio Fórum. No que se refere ao Catir, a Sra. Laura menciona que a Universidade da Caixa tem tutores que talvez possam dar assistência na administração do Catir, lembrando que tais sugestões devem ser ainda aprovadas pela chefia de seu órgão.

A Sra. Patrícia Ashley lembra que existem ferramentas mais simples na internet, as quais podem ser uma alternativa ao Catir. Ela oferece a sua ajuda para uma possível atividade envolvendo tal assunto, pois acredita estar na hora do FGRS ter o seu próprio espaço público.

A Sra. Andréa Santini abre para manifestação da Plenária sobre a possível formação dos grupos de trabalho para discussão dos temas prioritários. A Sra. Jacimara complementa, sugerindo que sejam especificados pela coordenação do Fórum os objetivos e tarefas dos grupos, divulgando entre seus participantes para então facilitar a manifestação dos interessados em participar.

A Sra. Patrícia Ashley cita a importância de o FGRS ter uma plataforma de troca de informações e experiências, principalmente devido à grande rotatividade de pessoas no poder Público, tornando assim o Fórum uma referência sobre tais questões, com uma imagem pública acessível. Na sequência, a Sra. Andréa Santini convida as Sras. Patrícia Ashley, Jacimara Machado, Laura Macedo e o Sr. Fábio Silva – TST - para articularem uma proposta de trabalho para o assunto discutido, inclusive para uma possível plataforma virtual, o que foi aceito pelos membros.

A Coordenação do Fórum, por meio da Sra. Andréa Santini, agradece a todos e passa para o próximo item.

### **3 – Apresentação do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho. Por Ana Borges, Supervisora de Responsabilidade Socioambiental do CSJT e representante do Judiciário na Coordenação do FGRS.**

A Sra. Ana Borges distribuiu aos presentes um exemplar do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho e esclareceu que o mesmo foi elaborado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio de um grupo de trabalho formado por servidores de vários Tribunais Regionais do Trabalho. Ela esclareceu que o CSJT é um órgão que exerce a supervisão administrativa e promove a integração e o desenvolvimento dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho nos Municípios. Disse que, apesar de o CSJT ser um órgão novo e de ainda estar vinculado ao TST, já possui várias ações em andamento, tais como resoluções e recomendações, as quais devem ser seguidas pelos os Tribunais Regionais. O Guia em questão foi instituído por uma resolução, significando, assim, que é obrigatória a sua implementação em todos os órgãos da Justiça do Trabalho dos Estados e Municípios.

Na sequência, a Sra. Ana Borges diz que a decisão de elaborar o Guia surgiu em um Simpósio de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, com ampla participação dos Tribunais Regionais. Uma das propostas apresentadas no Simpósio foi a elaboração de diretrizes para contratações sustentáveis, gerando a criação do grupo de trabalho, tendo o primeiro encontro com a participação de especialistas. Nas reuniões posteriores, após as discussões a conclusão era apresentada a um público convidado, integrantes de outros órgãos públicos, no intuito de colher críticas, sugestões e comentários.

A Sra. Ana Borges apresenta a estrutura do Guia, suas diretrizes gerais e os critérios específicos. Para ficar mais didático o Guia dividiu-se em três temas: bens de consumo, contratação de serviços e obras. Ela esclarece que para cada tema é feita uma apresentação geral com regulamentações e recomendações, bem como são apresentados critérios e formas de comprovação.

A Sra. Ana Borges apresenta alguns critérios contidos no Guia, como, por exemplo, a compra de sabão e bens alimentícios e expõe que as compras com critérios de sustentabilidade serão gradativas, ou seja, a aquisição de café orgânico, por exemplo, será feita aos poucos, aumentando de quantidade a cada ano, devido ao custo mais elevado dos orgânicos no mercado. Como forma de comprovação o fornecedor deve ser devidamente cadastrado no Ministério da Agricultura como produtor orgânico. Informa que uma solicitação de compra de produto e/ou

serviço não sustentável deverá ser justificada. Lembra que os critérios sociais também estão presentes no documento, tais como segurança e saúde do trabalhador - um tema muito presente na Justiça do Trabalho. Esse tema estará sempre nos editais sob a forma de obrigação da contratada, e as empresas terão de capacitar todos os seus funcionários em saúde e segurança no trabalho, com o mínimo de duas horas mensais. Constará também como obrigação da contratada disponibilizar os funcionários no horário de trabalho para realização de ambientação sobre os programas internos de responsabilidade social dos órgãos, como por exemplo, redução de consumo e coleta seletiva, sempre que necessário.

Ela ressalta, ainda, a proibição do uso de amianto nas obras da Justiça do Trabalho, e que falta pouco para que este seja proibido no Brasil. A Sra. Telma Firme – CSJT - complementa informando que a Norma Regulamentar nº 15, que dispõe sobre o uso do produto, obriga as empresas a acompanharem por 30 anos o trabalhador exposto ao amianto.

A Sra. Ana Borges informa que, no final do Guia, encontra-se a Resolução que o aprovou e que ele está disponível eletronicamente na página do CSJT. Lembra que as atitudes relacionadas à responsabilidade social ultrapassam o Guia devendo se levar em conta as peculiaridades de cada região e cada órgão. Prevê-se a sua constante revisão e a criação de um Fórum Permanente para discussão e implementação das contratações sustentáveis na Justiça do Trabalho, com participação de todos os TRT's.

O Sr. Fábio Silva pede a palavra para parabenizar a Sra. Ana Borges pela apresentação e pela iniciativa do Conselho em editar o Guia e mencionou ainda que o Governo Federal precisa executar as Leis que já existem, como a Lei 12.305/2010, que fala sobre o descarte de lâmpadas fluorescentes e obriga o fornecedor a se responsabilizar por recebê-las de volta e dar a elas o fim adequado.

A Sra. Ana Borges informa que o próximo Fórum da A3P – MMA, que será realizado em novembro, terá como tema “Produção e Consumo Sustentável”. Na ocasião serão apresentados os vários processos da questão sustentabilidade e responsabilidade social. Lembra a todos a força do FGRS, por meio dos seus participantes integrantes do poder público e servidores públicos.

A Sra. Jacimara Machado informa que recebeu uma ligação de uma empresa de consultoria britânica questionando sobre como era realizada aqui no Brasil a avaliação de desempenho dos produtos e serviços sustentáveis. Isso porque o Brasil ainda não possui um sistema de avaliação dos novos produtos, garantindo, por exemplo, qualidade. Lembra que esta deve ser uma questão a ser discutida no Fórum da A3P.

O Sr. Alexandre Vigil – TST – informa que o CSJT procurou fazer um Guia não apenas técnico, mas também sustentável e que este apresenta lacunas e deverá ser aperfeiçoado à medida que as ações sejam realizadas. O intuito agora é também disseminá-lo entre os órgãos. Alerta ainda para o número de encontros presenciais realizados durante o processo de elaboração foram apenas três, sendo que os demais foram de forma virtual, o que gerou baixo impacto e menos custo.

A Sra. Gisele – TRT / MA – que trabalha com a execução do Guia, pergunta sobre como ter acesso ao cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo e sobre como será realizada, por parte do Conselho, a divulgação do Guia para os fornecedores. A Sra. Ana Borges esclarece que o acesso às certidões é público, por meio do site do Ministério do Trabalho em Emprego. Assim, o que cada órgão deverá realizar primeiro é a verificação e lembra que o Guia menciona a necessidade de se levar em consideração as peculiaridades regionais. A Sra. Gisele se diz preocupada com a execução do Guia, considerando a sua realidade no Maranhão. Sobre a divulgação, a Sra. Ana Borges informa que ainda não tem uma política, mas acredita que o Fórum Permanente pode trabalhar nessa questão e em outras que surgirem em colaboração com os TRT's.

A Sra. Thaís Bandeira – Caixa – parabeniza o Fórum e ressalta a riqueza da discussão. Aponta que a sustentabilidade só vingará quando no produto vier embutido o seu preço socioambiental, visando regular o mercado. E lembra o importante poder que a sociedade tem de pressionar as empresas a desenvolverem e oferecer produtos e serviços sustentáveis.

O Sr. Paulo Henrique – Correios – expõe à Plenária alguns projetos piloto em desenvolvimento pelos Correios. Em um deles foi doado aos carteiros protetores solares e a Empresa vem trabalhando para recuperar as embalagens vazias dos produtos e dar o fim adequado. O outro projeto chama-se Coleta Seletiva Solidária nas Agências dos

Correios que deve ser implantado em novembro, uma parceria entre os Correios e as cooperativas de catadores. A ideia não se limita à Empresa, mas visa abranger a comunidade. Ele menciona também um terceiro projeto em desenvolvimento – Gênero e Raça – Correios Mulher – com o intuito de combater a violência contra a mulher. A Sra. Ana Borges parabeniza a iniciativa da Empresa e lembra que tais projetos poderiam ser apresentados à Plenária em uma próxima reunião.

A Sra. Maria Teresa ressalta o avanço com a edição do Guia dentro dos trabalhos da Justiça do Trabalho e menciona que os critérios técnicos de sustentabilidade devem aparecer nos editais. Lembra que não é o *menor* preço e sim o *melhor* preço que deve ser considerado e expõe que outro ponto discutido no Inmetro é a proibição ou não da inserção da certificação dentro do edital. Questiona que, em não havendo um processo de avaliação de 3ª parte, como a certificação, quem irá garantir a confiabilidade de que o pedido de compra está sendo entregue conforme solicitado? Serão as equipes de compra dos órgãos as responsáveis? A Sra. Lílian – TRE – complementa dizendo que no seu órgão é contratada uma empresa terceirizada para verificar se o produto adquirido está realmente de acordo com o que foi solicitado e pago, visto que o Governo não tem um órgão que faça esse trabalho.

Para encerrar os trabalhos na parte da manhã a Sra. Patrícia Ashley propõe ao Fórum uma moção de apoio ao Guia de Compras Sustentáveis da Justiça do Trabalho por ser educativo e um facilitador. A proposta recebeu apoio de todos.

#### **4 – Definição dos suplentes da Coordenação do FGRS.**

A Sra. Ana Borges reabre a Plenária retornando ao item dois da pauta, perguntando aos presentes sobre o interesse em se colocarem como suplentes na Coordenação, com o intuito de acompanhar os trabalhos da equipe e, quando necessário, assumirem a coordenação já com o devido conhecimento das ações realizadas, bem como aquelas em andamento.

Ninguém se pronunciou ou se voluntariou, porém ficou o convite para que candidatos à suplência possam em qualquer momento apresentar-se à Coordenação do FGRS.

#### **5 – Especificação de Sistema de Gestão para Combate à Fraude e Corrupção; por José Salvador da Silva Filho, Gerente de Novos Negócios da Fundação Vanzolini e especialista da Delegação Brasileira para elaboração da ISO 26000.**

O Sr. José Salvador é apresentado à Plenária pela Sra. Ana Borges e inicia sua exposição agradecendo à Coordenação pela oportunidade de falar sobre o programa que vem sendo desenvolvido pela Fundação Vanzolini. Afirma que a corrupção também foi identificada no mundo corporativo como uma questão de grande risco a longo prazo. Ele menciona, ainda, que existem no mercado várias ferramentas que visam ao combate à corrupção/fraude, mas acredita que falta uma que seja integradora, que fale uma linguagem de sistema de gestão tendo como parâmetro a ISO 9000. Lembra que o intuito é também colher críticas, sugestões e comentários sobre o programa visto que o mesmo está em fase de desenvolvimento e o seu lançamento ocorrerá no dia 22 de agosto em São Paulo.

Na sequência, o Sr. José Salvador lembra que as organizações fazem parte da sociedade e que as mesmas sofrem impactos, sendo a corrupção/fraude um deles. Destaca que a pretensão da Fundação é prevenir e combater a corrupção como um meio de promover a concorrência leal, bem como a diminuição de perdas para as organizações e a sociedade em geral. A corrupção é causa de perdas para ambas as partes.

O Sr. José Salvador apresenta uma lista dos 10 países menos corruptos e os 10 mais corruptos. Os países mais corruptos apresentam características comuns, tais como pouco desenvolvimento econômico e conflitos e ressalta que a corrupção está correlacionada as tais questões. E continua definindo exemplos de corrupção como extorsão, peculato, corrupção passiva entre outros. Ressalta a sutil diferença na definição entre o conceito de corrupção e fraude: ações como lançar uma despesa que não existe ou uma alteração de estoque são exemplos de fraude, e afirma que tal ação interfere tão fortemente em uma organização tendo índices mais intensos que o roubo. Cerca de 80% dos fraudadores têm o segundo grau completo ou o nível superior. Em torno de 7% a 10% do faturamento

global de uma empresa é perdido em corrupção/fraude e 85% desses abusos são cometidos por funcionários e ou colaboradores.

É citado pelo Sr. José Salvador o fato de, no Brasil, os seguros serem muito caros, visto que o índice de fraudes é muito alto.

Ele apresentou os dados da pesquisa realizada em 2002, pelo site Transparência Brasil, na qual se detectou que, no setor privado, a indústria foi a que apresentou o maior índice de pedido de propina, sempre envolvendo um agente público, no qual é quase sempre o agente público que toma a iniciativa. Este dado foi fornecido pelas empresas. O Sr. José Salvador levanta a questão de que todas as empresas têm código de ética. Buscando uma solução para a questão da corrupção identificou-se a necessidade de fiscalização mais séria e punição exemplar. O funcionário foi identificado como um grande aliado no combate à corrupção, visto que em uma porcentagem bem alta é ele quem denuncia a ação.

O Sr. José Salvador citou algumas referências tais como as diretrizes da ISO 26000, a Norma Inglesa de Sistema de Gestão para Combate à Fraude, a Norma Nacional de Responsabilidade Social, vários portais como o da CGU e o da Transparência Brasil.

Ele explica que a organização deve ser analisada para que assim sejam identificadas fragilidades e problemas e posteriormente trabalhar neste setor focando tais demandas. Ele lembra ainda que deve haver um comprometimento da liderança com políticas e regras e responsabilidades definidas. O processo envolve o planejamento, a avaliação de desempenho, auditorias internas, recursos financeiros e tecnológico e pessoal treinado. Ele explica em seguida o funcionamento da certificação em duas fases:

- 1º fase – entrega de documentos importantes, como: relatórios de auditoria, análises de risco, dentre outros, para uma análise inicial da gestão da Organização. Antes de passar para a fase seguinte são realizados pesquisas e estudos.
- 2º fase – é realizada a auditoria na Organização.

O Sr. Salvador explica que, após a junção de tais informações, é gerado um relatório para a empresa, objetivando identificar se aquele modelo está funcionando, detectar as fragilidades da mesma e como tais questões estão sendo tratadas. Se o modelo funciona, a probabilidade de acontecer fraudes é muito menor. Na sequência, é emitido um certificado e uma vez por ano a equipe volta à Organização. Porém, isso não impede um monitoramento antes da supervisão anual. A cada três anos a empresa passa por um processo de auditoria completo novamente.

O Sr. Salvador convida a todos para a apresentação da ferramenta no dia 22 de agosto em São Paulo na Fundação Vanzolini e agradece a atenção, encerrando assim a sua apresentação.

A Sra. Andréa Santini agradece ao Sr. Salvador e abre para questionamentos. Sr. Fábio Silva pergunta se podem existir pessoas envolvidas no sistema, cuja intenção é de burlá-lo. Sr. Salvador responde afirmativamente e que as empresas devem pensar numa forma de combater isto, visto que as pessoas que se disponibilizam para essa atividade são devidamente organizadas.

A Sra. Patrícia Ashley questiona sobre o custo do sistema de gestão e menciona que, no modelo de empresa que existe hoje, o dono é o gestor e se ele já exerce essa prática da fraude/corrupção ele não irá sugerir a aplicação do sistema de gestão. Ela acredita que a ferramenta talvez não seja conveniente para esse tipo de empresa que é a maioria no Brasil. O Sr. José Salvador coloca que com o intuito de reduzir à perda no montante final a empresa acaba por investir visando diminuir a porcentagem de perda e assim aumentando o lucro.

A Sra. Ana Paula – Apex - perguntou se a análise de risco é realizada em todos os processos da Instituição. O Sr. José Salvador esclarece que a análise de risco é focada nos riscos de fraude e corrupção. O que é analisado e aconselhável num primeiro momento é que a Empresa faça sua análise de risco olhando para todos os aspectos,

mas para fins de auditoria não se observa os riscos ambientais, por exemplo, a menos que seja relevante para o tema fraude e corrupção.

A Sra. Andréa Santini agradece ao Sr. Salvador e passa ao próximo item a pauta.

## **6 - Ações de Prevenção e Combate à Corrupção. Por Fábio Félix Cunha da Silva, Coordenador-Geral de Fortalecimento da Gestão e Controle Social - Diretoria de Prevenção da Corrupção/ SPCI - Controladoria-Geral da União CGU.**

O Sr. Fábio parabeniza o Sr. Salvador pela apresentação e inicia sua fala colocando que o foco maior da CGU é o combate à corrupção. Dentre as funções do Órgão encontra-se o controle interno da corrupção e a fiscalização. Na sequência apresenta o organograma da CGU.

As principais ações de prevenção da corrupção desenvolvidas pela CGU são apresentadas pelo Sr. Fábio Félix:

- ✓ Incremento da transparência e do acesso à informação - bastante intensificado pela Lei de acesso à informação, que entrou em vigor em maio de 2012. O Brasil hoje é referência no que se refere à transparência do gasto público, por conta de iniciativas e legislações adotadas, tais como o portal da transparência que entrou no ar em 2004 e vem sendo aperfeiçoado a cada ano com ações amplas de transparência, como o fim das contas B<sup>1</sup> e a inserção dos cartões corporativos e a implantação do SICOMB para acesso aos trâmites dos convênios. Existem hoje várias possibilidades de consulta no portal.

O Sr. Fábio Félix explica que existem várias ações sendo executadas visando à transparência do gasto público, dentre elas o esclarecimento dos custos e obras para a copa de 2014 e da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social onde o intuito é obter a participação da sociedade civil em medidas de prevenção e combate à corrupção, contribuindo com a formação de políticas públicas e o acompanhamento da implantação, sendo a OGP (Parceria Governo Aberto) e a Consocial (Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social) estratégias para atingir tal finalidade. Ele coloca que a possibilidade de baixar dados e gráficos em formato aberto, no portal da transparência, é um compromisso assumido pelo Governo Brasileiro em âmbito internacional. O portal é inclusive reconhecido e premiado no mundo.

- ✓ Ações de estímulo ao controle social – ele coloca que não basta promover a transparência, já que a corrupção é uma questão cultural, mas devem-se adotar medidas de ação de comunicação e educacionais, sendo que a principal ação desenvolvida pela CGU hoje nesse sentido é o programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”, no qual a Instituição já capacitou mais de 200 mil cidadãos, oferecendo curso à distância para a sociedade e para os servidores e ainda disponibilizou uma ferramenta no portal – sistema puxe – onde o cidadão se cadastra e recebe todas as ações realizadas naquele item de seu interesse, além da produção e distribuição de material didático com foco educativo. E ainda o espaço para denúncias dentro do site da CGU.
- ✓ Ações de educação para ética e cidadania com intuito de promover a mudança cultural com acompanhamento dos recursos públicos.
- ✓ Orientação e fortalecimento da gestão.
- ✓ Implementação das convenções internacionais: são os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no que se refere ao combate e prevenção da corrupção. O Sr. Fábio Félix esclarece que a CGU trabalha na implementação das convenções internacionais contra a corrupção, daquelas que o Brasil é um país signatário. A CGU confeccionou publicações para explicar tais convenções e os dispositivos com os quais

---

<sup>1</sup> Também conhecida como conta de suprimento de fundos, é utilizada para pagamento de despesas de ministros em viagem e compras de material ou equipamentos de uso da administração pública federal que não precisam de licitação. Esses pagamentos ocorrem por meio de saques, cheques ou guias de depósito.

o país se comprometeu, e realiza também esclarecimentos dentro de eventos internos como “O Dia Internacional contra a Corrupção”.

- ✓ Observatório da despesa pública – ele esclarece que é o monitoramento do gasto público com equipamentos, programas e pessoal qualificado que fazem o cruzamento de informações visando analisar a aplicação das despesas públicas o que gera relatórios para análise da CGU e dos Gestores para posteriormente tomarem providências com relação ao que pode ser melhorado.
- ✓ Aprimoramento do marco legal, revisão ou elaboração de novos atos legais para fortalecer as medidas de prevenção da corrupção. A CGU, em parceria com outros Órgãos, está trabalhando em Projetos de Lei que estão em tramitação no Congresso Nacional, como a criminalização do enriquecimento ilícito e agravamento das penas dos crimes de peculato e corrupção. Outras ações já foram concretizadas como a lei de acesso à informação e o Decreto que regulamenta convênios e a vedação do nepotismo.
- ✓ Promoção da integridade no setor privado - uma das ações é a parceria da CGU com o Instituto Ethos para estimular a implementação de iniciativas visando fortalecer boas práticas de governança corporativa, promovendo a ética entre os setores públicos e privados. Como exemplo de produtos de tal parceria cita a elaboração de um manual de combate à corrupção no setor privado com guias e procedimentos a serem adotados pelas empresas; um curso à distância, no qual o foco é a difusão do manual, e um curso específico para pequenas e médias empresas.

O Sr. Fábio cita que foi realizada pela CGU a 1ª Consocial – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social com o objetivo de reunir diretrizes e propostas para a construção de políticas públicas relacionadas à transparência, controle social, prevenção e combate à corrupção, discutindo políticas públicas com a sociedade civil. A partir daí, obteve-se como resultado mais de 20 mil propostas, que foram debatidas por instituições e a sociedade civil, chegando a 80 propostas priorizadas, tornando-se um indicativo de priorização do Poder Público no que se refere ao assunto. Dentre tais questões encontra-se a votação aberta no Congresso Nacional e em todos os Parlamentos. Essas propostas serão encaminhadas aos representantes de todos os Poderes, aos Ministérios para acompanhar a implantação dessas propostas.

A Sra. Andréa Santini agradece ao Sr. Fábio Félix pela apresentação e parabeniza a CGU, pois não imaginava tantas iniciativas em ação e ressalta que tais medidas poderiam ser mais divulgadas. Abre, na sequência, para debate, colocações e perguntas.

A Sra. Patrícia Ashley faz algumas considerações sobre a escolaridade daquele que se candidata para um cargo público, sobre transparência nos municípios e sobre as organizações sem fins lucrativos, que muitas vezes não são sem fins lucrativos. Sugere uma melhor divulgação para a sociedade das ações públicas. Afirma que seria conveniente que a Lei de Acesso à Informação também chegasse a tais organizações. Ressalta também a necessidade de manutenção da educação moral no Brasil e sugere uma parceria entre a CGU e o MEC, no Proeste, um projeto anual de parceria entre o Governo Federal e Universidades. Ela acredita que a desigualdade de acesso à escolaridade é um fator determinante na corrupção.

Na sequência dos questionamentos, a Sra. Danuza – TRT/ MG pergunta como a CGU atua em relação ao Poder Judiciário e o Sr. Fábio Félix diz que o procedimento é apurar e identificar e, posteriormente, encaminhar ao Ministério Público e a outros fóruns de integração que a CGU participa. Esta é a forma de interlocução com o Judiciário como a participação de um representante desse Poder na 1ª Consocial.

A Sra. Gisele questiona sobre quais são as ações preventivas da CGU como cursos e orientações específicas levando em consideração a baixa escolaridade dos políticos. Sr. Fábio esclarece que a CGU não tem ainda nenhum estudo sobre esse tema e acrescenta que muitas das ações irregulares são cometidas por falta de conhecimento das Leis e disposições sobre a questão e menciona que a CGU tem várias outras ações que não foram colocadas na apresentação. Lembra que o fato de confeccionarem cartilhas e distribuí-las aos interessados já é uma medida de formação. Todas as ações que visam à prevenção estão dispostas no Decreto que fala das prerrogativas da CGU. E

cita uma ação atual que é o apoio à transição de governo municipal com o intuito de orientar os prefeitos que saem e os que assumem o cargo.

A Sra. Deyse de Souza– MMA – levantou a questão da disponibilização dos vencimentos dos servidores no site da transparência e, por questão de segurança, se existe algum esforço para que sejam divulgados também as práticas, metas e resultados dos trabalhos dos servidores. Sr. Fábio Félix ressalta a dinâmica das atividades dos servidores, o que torna mais complexa a divulgação desse processo, mas alerta que é possível desenvolver indicadores e lembra que, com a Lei de Acesso à Informação, o usuário pode mandar uma questão direta sobre determinado servidor como sua frequência e atividades em andamento, por exemplo. Ele lembra que as questões e ações positivas não são divulgadas pela mídia e menciona a importância da divulgação para a sociedade.

O Sr. Dácio Pretom – Global Advice Network - ressalta que, para se obter resultados, é necessário uma parceria entre os setores público e privado e cita a importância de uma ferramenta de denúncia da própria sociedade para que as pessoas que cometem atos de fraude e corrupção passem a temer a prática. Ele coloca que na, Grã-Bretanha as empresas que cometem atos de corrupção/fraude vão para uma lista onde passam a não receber ajuda internacional. Entre várias ações citadas ele menciona a Comissão Independente Contra a Corrupção de Hon Kong, na qual os funcionários antes de assumirem seus postos nas empresas privadas passam por treinamentos sobre fraude e corrupção.

## **7 – Assuntos gerais**

A Sra. Ana Borges propõe que, apesar de as reuniões do Fórum serem bimestrais, a próxima reunião seja realizada em 27 de setembro de 2012, considerando o adiamento da atual plenária, o que foi aprovado pelos presentes.

A Sra. Andréa Santini solicita ao Sr. Fábio o envio de cartilhas e informações de divulgação à Coordenação do Fórum para que as mesmas sejam replicadas aos membros e, na sequência, questiona aos que realizaram suas exposições sobre a possibilidade de disponibilização dos arquivos das apresentações, com o que todos concordam.

Por fim, a Sra. Andréa Santini agradeceu a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Décima Segunda Reunião Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social.

### **Coordenação do Fórum:**

**Inmetro – CSJT – Câmara dos Deputados**

###